

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUAS REFORMAS *

João José Ramos Schaefer**

SUMÁRIO

— A celeridade e a efetividade da justiça — O CPC de 1973 — O movimento pela “Reforma do CPC” — Novo esforço reformista — As primeiras leis — A citação — A liquidação de sentença — Novas normas sobre recursos — Alterações no processo de conhecimento — A tutela antecipada — Modificações no processo de execução — A ação monitória — O recurso de agravo — Ainda o procedimento sumário — Registros de audiências — Modificações relativas aos recursos — A descentralização do protocolo de petições — O julgamento por órgão de maior hierarquia — O rol de testemunhas — Outras modificações específicas — O processo de execução — A averbação do ajuizamento da execução — Bens impenhoráveis — A penhora *on-line* — O julgamento *prima facie* — A internet e a comprovação de dissídio jurisprudencial — A “repercussão geral” no Recurso Extraordinário — As súmulas vinculantes — O inventário, a partilha, a separação e o divórcio consensuais — A aplicação da informática nos processos judiciais — Conclusão — Referências.

A CELERIDADE E A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

De algum tempo para cá, em virtude de estudos, especialmente de Mauro Capelletti, na Itália, acentuou-se a busca de caminhos para a celeridade e a efetividade do processo.

* Texto desenvolvido de aulas inaugurais no Ilex-Curso de Preparação ao Exame OAB e no Curso de Especialização em Processo Civil da Uniplac, Lages/SC. Com a colaboração do Advogado Nelson Luiz Schaefer Picanço.

** Advogado – Ex-Presidente da OAB/SC – Desembargador aposentado – Ex-Presidente do TJSC.

São essas, na verdade, as maiores preocupações dos que versam as questões processuais.

Já na Exposição de Motivos do Código de 1939, o Prof. Francisco de Campos lembrava que “A transformação social elevou [...] a Justiça à categoria de um bem geral, [...] a ponto de tomar sobre si mesma, através de seus órgãos do governo, o encargo de torná-la segura, pronta e acessível a todos”.

As linhas daquele Código, entretanto, já não atendiam, passados cerca de 30 anos, às aspirações da comunidade jurídica nacional dos anos 70, com a crescente industrialização e urbanização das cidades, e com o estabelecimento de relações sociais e econômicas muito mais dinâmicas.

O CPC DE 1973

Veio, então, o Código de 1973, que trouxe, sem dúvida, notáveis avanços, um deles o do *juízo antecipado da lide*, possibilitando, em dadas circunstâncias, o julgamento do processo independentemente de audiência de instrução e julgamento.

Esta ficou restrita às hipóteses em que necessária a produção de prova oral, com depoimentos pessoais, inquirição de testemunhas e esclarecimentos dos peritos.

De extrema relevância, também, a instituição do *procedimento sumário* (art. 275, I, do CPC), em função do valor e da matéria, que foi, inequivocamente, a origem dos Juizados Especiais.

A princípio, tais ações eram denominadas sumaríssimas, e hoje são referidas como sumárias (Lei n. 9.245/95). Não admitem reconvenção, os prazos para os recursos são mais exíguos e o julgamento dos recursos se dá por juízes de primeiro grau, reunidos em Turmas de Julgamentos.

A concepção do *recurso adesivo e da conciliação* foi outro avanço do Código de Processo de 1973.

A conciliação, obrigatória para a hipótese de “o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado” (art. 447), a princípio prevista para ser feita apenas uma vez, “antes do início da instrução”, hoje pode e deve ser tentada em qualquer fase do processo.

O MOVIMENTO PELA “REFORMA DO CPC”

O Código de 1973, na sua concepção original, “não obstante sua aprimorada técnica de direito processual civil”, no dizer de Barbosa Moreira, decorridos alguns anos de sua edição, estava a exigir modificações, pois, completava aquele notável processualista, era cada vez mais clara a “função instrumental do processo e da necessidade de fazê-lo desempenhar de maneira efetiva o papel que lhe cabe”.

Sálvio Figueiredo Teixeira, em capítulo no livro que coordenou sobre a “Reforma do Código de Processo Civil”, assinalou: “não se pode negar o avanço que representou o Código de Processo Civil de 1973, elaborado com apurada técnica”, mas “desde os primeiros anos de sua vigência, vinham sendo apontadas notórias deficiências, refletindo principalmente a época autoritária em que foi elaborado, sem o crivo de prévio debate democrático”.

Na verdade, foi muito restrita a discussão da matéria nos círculos interessados — Juízes, Advogados, Promotores e Professores de Direito —, e o projeto passou sem grandes debates no Congresso Nacional, de sorte que, tecnicamente bem concebido, como muitos reconhecem, estava, na expressão de Cândido Dinamarco, “distante de nossa realidade forense”.

Por volta de 1985, iniciou-se um grande movimento para atualizar e tornar mais práticas diversas disposições do Código.

Comissão nomeada pelo Governo Federal e integrada por nomes de expressão no campo do Direito Processual Civil, como Sérgio Bermudes, Calmon de Passos, Kasuo Watanabe, Joaquim de Carvalho Júnior e Luiz Antônio de Andrade elaborou um anteprojeto com várias e importantes modificações, orientadas por aqueles princípios da efetividade e da presteza na proteção judicial. O trabalho, contudo, acabou não sendo encaminhado ao Congresso.

NOVO ESFORÇO REFORMISTA

Em 1992, reiniciaram-se os estudos para a desejada reformulação, o que se fez por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Seção Brasileira de Direito Processual Civil, e os trabalhos foram encampados pela Escola Nacional da Magistratura, então dirigida por Sálvio Figueiredo Teixeira, que presidiu a Comissão de Reforma.

Esta foi integrada, ainda, por outros nomes de grande prestígio na processualística e nos foros nacionais, como Athos Gusmão Carneiro, Ada Pellegrini Grinnover, Celso Agrícola Barbi, José Carlos Barbosa Moreira, Carreira Alvim, Humberto Theodoro Júnior, Kazuo Watanabe e Fátima Nancy Andrichi.

A Comissão elaborou vários projetos setoriais, considerando que seriam de mais fácil aprovação pelo Congresso do que uma reformulação geral do Código.

AS PRIMEIRAS LEIS

E começaram a surgir as leis de aperfeiçoamento do Código.

Em agosto de 1992, foi sancionada a Lei n. 8.455, a qual deu nova feição à *prova pericial*.

O artigo 421, por exemplo, foi alterado e passou a dispor que “o juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para entrega do laudo”, podendo a perícia consistir apenas na inquirição, pelo juiz, do perito e assistentes sobre o que houverem informalmente examinado.

Dispôs-se (art. 427) que a perícia pode ser dispensada se as partes apresentarem pareceres técnicos sobre as questões de fato ou documentos elucidativos que o juiz considerar suficientes. Tal alteração, contudo, parece estar sendo adotada com pouca frequência.

A CITAÇÃO

Por força da Lei n. 8.710/93, a citação pelo correio passou a ser regra (art. 221), salvo algumas hipóteses especiais (nas ações de estado; quando o réu for incapaz ou pessoa de direito público e nas execuções ou quando o autor requerer a citação por outra forma).

Fixou-se (art. 230) que nas comarcas contíguas (caso, por exemplo, de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça) o oficial de justiça pode efetuar citações ou intimações em qualquer delas.

A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

A disciplina dessa fase processual foi agilizada por disposições da Lei n. 8.898/94, permitindo, com o acréscimo do parágrafo único ao art. 603, a citação do réu na pessoa de seu advogado constituído nos autos.

Foi dada nova redação ao art. 604, tornando obrigatória a apresentação, pelo credor, de memória discriminada e atualizada do cálculo, quando a determinação do *quantum* devido depender apenas de cálculo aritmético.

NOVAS NORMAS SOBRE RECURSOS

Em dezembro de 1994, a Lei n. 8.950 alterou diversos dispositivos sobre os recursos, e passou a exigir, conforme o art. 511, o *preparo concomitantemente com a apresentação dos recursos*, sem necessidade, assim, de intimação do recorrente para tal ato, como ocorria anteriormente, em prejuízo da celeridade do processo.

Estabeleceram-se, outrossim, normas aplicáveis aos casos de interposição simultânea de recurso extraordinário e especial (art. 531), dispondo-se que, admitidos ambos, será julgado em primeiro lugar o especial, no STJ, e só após, nos termos das disposições pertinentes, o extraordinário.

ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE CONHECIMENTO

A Lei n. 8.952, também de 1994, baixou novas e importantes disposições para o processo de conhecimento.

Dispôs-se, por exemplo, acrescentando-se o § 4º ao art. 162, que “os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”.

É essa uma norma extremamente útil, pois preserva o juiz para trabalhos de maior profundidade, mas, na verdade, não vem sendo aplicada com rigor.

A TUTELA ANTECIPADA

Certamente a alteração de maior relevo de quantas foram produzidas pelas primeiras leis da reforma do CPC foi a instituição da *antecipação total ou parcial dos efeitos da tutela pretendida*, que o juiz poderá conceder a requerimento da parte, desde que existente prova inequívoca e o juiz se convença da verossimilhança da alegação.

Esse instituto fora projetado pela Comissão Revisora do Código, em 1985, e Sérgio Bermudes, em sua obra “A Reforma do Código de Processo Civil”, Ed. Saraiva, 1996, afirma, com razão, que o trabalho dessa Comissão “inspirou, visivelmente, o legislador da Lei n. 8.952”.

Recebida por muitos, a princípio, com desconfiança ou incompreensão, encontra, hoje, larga aplicação nos foros em geral, pela simplicidade da sua concepção, pela amplitude de sua aplicação e, sobretudo, pelo notável efeito que produz, tornando possível que o juiz antecipe, *in limine*, a pretensão, que só seria possível deferir com a sentença final, após, não raro, trabalhosa e demorada instrução.

O art. 273 prescreveu, então, que “O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação”.

A tutela antecipatória, segundo o magistério de Bermudes (1996, p. 28), “torna possível a rápida prevenção ou composição da lide, sem sujeitar a prestação jurisdicional às prejudiciais delongas impostas pela natureza do processo e pelas notórias deficiências da administração da justiça”.

A medida, assinalou o STF em aresto constante da RTJ 180/453, “deve corresponder à tutela definitiva que será prestada se a ação for julgada procedente definitivamente” (AgRg em Ação Cível Originária n. 615/RJ, rel. Min. Néri da Silveira).

O Min. Humberto Gomes de Barros, em acórdão publicado na RSTJ 152/117, anotou com pertinência: “A grande inovação trazida com o adiantamento da tutela está na possibilidade da providência acautelatória acontecer nos próprios autos em que se discute o pedido definitivo. Os reflexos dessa possibilidade na economia processual são notáveis”.

Sua concessão, como é expresso o caput do art. 273, exige a existência de *prova inequívoca*, ou seja, prova “evidente, manifesta [...], com intensidade

suficiente para convencer o juiz que a alegação ou alegações são verossímeis, isto é, de que pareçam verdadeiras” (BERMUDES, 1996, p. 29).

A jurisprudência também tem como inafastáveis “elementos probatórios robustos, cenário fático indene a qualquer dúvida razoável”, segundo o Min. Menezes Direito, no REsp. n. 410.229.

O Ministro José Delgado, no AI n. 169.465 – AgRg deixou claro que, “Se houver possibilidade da ocorrência de qualquer dúvida sobre a qualidade, quantidade e valor da prova, ela deixa de ser inequívoca”.

A prova, dессome-se do art. 273, deve ser escrita e não deixar dúvida alguma quanto a seu conteúdo e autenticidade.

Tema que tem gerado algumas discussões é o relativo ao § 2º, segundo o qual: “Não se concederá a antecipação de tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado”.

Recentemente, em decisão concessiva da tutela antecipada, o ilustre Juiz Osmar Mohr invocou, a respeito desse tema, pertinente doutrina de Ovídio Batista da Silva:

O § 2º do art. 273 exagerou na prudência que deve orientar o magistrado na concessão das antecipações de tutela, proibindo-lhe de concedê-las quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado. Pode acontecer – e esta ocorrência não é rara na prática forense — que o estado perigoso imponha ao juiz uma opção entre alternativas capazes, em qualquer sentido que a decisão seja tomada, de gerar risco de irreversibilidade dos efeitos práticos [...] Pode ocorrer que o risco da irreversibilidade seja uma consequência tanto da concessão quanto do indeferimento da medida antecipatória. Se a verossimilhança pesar significativamente em favor do autor, o magistrado estará autorizado a sacrificar o direito improvável, em benefício do direito que se mostre mais verossímil (*Curso de Processo Civil*, v. 1, 3. ed., São Paulo, RT, p. 120) (AI n. 2000.017706-7, de Blumenau, em 12-12-2000).

Theotonio Negrão, em nota 20 b ao art. 273 do CPC, observa que a exigência da reversibilidade comporta mitigações quando estiver em jogo valor igualmente caro ao ordenamento.

E transcreve precedente da lavra do atual Presidente do STJ, o eminente Ministro Barros Monteiro, na linha de Ovídio Batista da Silva, no sentido de que:

[...] a regra do § 2º do art. 273 do CPC não impede o deferimento da antecipação da tutela quando a falta do imediato atendimento médico causará ao lesado dano também irreparável, ainda que exista perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (REsp. n. 408.828).

Outros dispositivos extremamente úteis, relativos à antecipação de tutela, são:

— o § 3º, quanto ao cumprimento da medida, facultando ao juiz fixar multa diária pelo descumprimento/desobediência da medida (ver art. 461-A, acrescentado pela Lei n. 10.444/02);

— o § 6º, quanto à possibilidade de concessão parcial da tutela, quando incontroversa somente parte do pedido;

— o § 7º, dispondo sobre a fungibilidade do pedido de tutela antecipada relativamente ao pedido de medida cautelar, quando presentes os respectivos pressupostos.

MODIFICAÇÕES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

A Lei n. 8.953, de 13-12-94, introduziu modificações no processo de execução, bastante modestas em relação ao que viria posteriormente.

Entre outras, tornou obrigatória, nas execuções, a exibição (art. 614, II) do demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação. Até então bastava a juntada do título.

O dispositivo causou algumas perplexidades a princípio, mas pacificou-se no STJ o entendimento de que a insuficiência do demonstrativo não conduz à extinção da execução, e que se deve dar oportunidade ao exequente de suprir ou completar o demonstrativo (entre outros, REsp. n. 577.773, 402.046 e 480.614).

Quanto à inexistência do cálculo, cite-se o precedente no REsp. n. 264.807 (Min. Barros Monteiro) de que admissível a emenda da inicial.

AÇÃO MONITÓRIA

A Lei n. 9.079, de 14-7-95, instituiu a ação monitoria para cobrança de créditos que não se enquadrem entre os títulos executivos, mas representem, de fato, uma dívida.

Os embargos, na monitoria, não exigem prévia segurança do juízo (penhora ou depósito), admitindo todas as defesas previstas nos artigos 745 e 741 do CPC.

A ação monitoria está disciplinada nos artigos 1.102 a 1.102 c, numa das primeiras utilizações do sistema de acrescentar uma letra ao dispositivo, para não ter de renumerar todo o texto restante. Essa moda pegou, e hoje até a Constituição Federal tem dispositivos assim numerados (artigos 103-A, que instituiu a Súmula Vinculante, e 111-A, sobre a composição do TST. Utiliza-se esta técnica até mesmo em relação a incisos, como no I-A ao artigo 92, relativamente à inclusão do Conselho Nacional de Justiça entre os órgãos do Poder Judiciário).

O RECURSO DE AGRAVO

O recurso do agravo – compreendendo o de instrumento e o retido – sofreu ampla reformulação pela Lei n. 9.139, de 30-11-95, mais recentemente pela Lei n. 10.352, de 20-10-01, e, ainda, pela Lei n. 11.187, de 19-1-05.

Atualmente, a regra é o agravo na forma retida, manifestado diretamente no juízo da decisão agravada, independentemente de preparo.

Será julgado apenas por ocasião do julgamento da apelação e só será conhecido se, na apelação ou nas contra-razões, o agravante (como apelante ou apelado) requerer expressamente sua apreciação pelo Tribunal (art. 522, *caput*, na redação da Lei n. 11.187).

O agravo de instrumento ficou reservado (art. 522) para as hipóteses de se tratar de decisão suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação, para o caso de não ser recebida a apelação e para os efeitos da apelação.

Nesses casos excepcionados, o agravo será o de instrumento.

O agravo de instrumento é dirigido diretamente ao Tribunal, e sua instrução e preparo ficam a cargo do próprio agravante.

Na petição, o agravante fará exposição do fato e do direito, indicará as razões do agravo e mencionará o nome e endereço dos advogados do processo.

Em se tratando de agravo de instrumento, cabe ao agravante comunicar ao juiz de primeiro grau, dentro de 3 dias, a interposição do agravo, sob pena de inadmissão do recurso, se o requerer a parte adversa.

O relator pode negar seguimento ao agravo nas hipóteses do art. 557 do CPC; converterá o recurso em agravo retido, se a decisão agravada não for suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação, e poderá conceder o efeito suspensivo quando ocorrentes as hipóteses do art. 558 do CPC.

Segundo o art. 528, o agravo deve ser julgado no prazo de 30 dias, o que dificilmente ocorre.

AINDA O PROCEDIMENTO SUMÁRIO

A Lei n. 9.245/95 operou significativas alterações no procedimento sumário, denominação, como vimos, que passou a ter o antigo procedimento sumaríssimo.

Paralelamente, reduziu-se o rol das ações nominadas que seguem esse rito, nelas incluída a de ressarcimento de seguro de danos em acidentes de veículos.

É indispensável apresentar, com a inicial, o rol de testemunhas e os documentos necessários à prova do fato.

Ainda na inicial o autor requererá perícia, formulará os quesitos e indicará assistente técnico.

De notar-se que a Lei n. 9.245/95 dispôs no § 5º do art. 277 que o juiz converterá a ação sumária em rito ordinário “quando houver necessidade de prova técnica de maior complexidade”, na conformidade do disposto no art. 98, I, da CF.

O limite legal das ações do inciso I do art. 275 do CPC (ações em geral) passou, pela Lei n. 10.444/02, de 20 (vinte) a 60 (sessenta) salários mínimos.

REGISTROS DE AUDIÊNCIAS

A redação do art. 279 foi alterada para admitir o registro dos atos de audiência por taquigrafia, estenotipia ou outro método hábil. Em nosso Estado, os registros são feitos eletronicamente, à vista das partes e dos advogados.

Com essa lei encerrou-se, praticamente, a primeira parte da reforma.

Mas o movimento recomeçou com intensidade nos anos seguintes, o que a doutrina denominou de: “A reforma da reforma”.

MODIFICAÇÕES RELATIVAS AOS RECURSOS

Numa das primeiras leis dessa fase, a de n. 9.756/98, foi alterado o art. 577, de modo que o relator, nos Tribunais, ficou autorizado a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal ou Tribunais Superiores.

A Lei n. 10.352/01 acrescentou o § 3º ao artigo 515 do CPC, que consagra a regra do *tantum devolutum quantum appellatum*, para dispor que “nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento”.

Já se praticava em alguma medida essa regra, mas a nova disposição reafirmou o acerto dessa orientação, que tem alto sentido de celeridade e efetividade da prestação jurisdicional.

Outra importante alteração dessa lei foi reduzir o âmbito dos *embargos infringentes*, objeto da nova redação do art. 530.

Esse recurso, como se sabe, cabia sempre que não fosse unânime a decisão na apelação.

Agora só cabe o recurso se não for unânime o acórdão que *reformou* a sentença de primeiro grau. *Confirmada* por maioria, descabem os embargos infringentes. Só tem cabimento o recurso se desuniformes as decisões das duas instâncias e se a da segunda foi tomada por maioria.

A DESCENTRALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE PETIÇÕES

O acréscimo do parágrafo único ao art. 547 pela Lei n. 10.352/01 deu foros de lei a uma norma que os tribunais já vinham adotando por Atos Regimentais ou Resoluções das Corregedorias: a possibilidade da descentralização do protocolo das petições destinadas aos Tribunais.

O JULGAMENTO POR ÓRGÃO DE MAIOR HIERARQUIA

Significativa, também, a alteração feita pela Lei n. 10.352/01, ao dar nova redação ao § 1º do art. 555, de que, “ocorrendo relevante questão de direito [...] poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar”.

Exemplo dessa prática verificou-se no julgamento, a 22 de maio último, do HC n. 88660, pelo STF.

O paciente respondia por supostos crimes contra o sistema financeiro e impetrou o *habeas corpus* para que fosse julgado pelo Juiz da 12ª Vara Federal do Ceará, à qual foi distribuído inicialmente o inquérito.

Posteriormente à distribuição, o TFR da 5ª Região baixou a Resolução n. 10-A/2003, definindo como competente para julgamento de tais crimes a 11ª Vara Federal do mesmo Estado.

No julgamento, por questão de ordem, o Presidente da 1ª Turma, Ministro Marco Aurélio, afirmou que para se decidir sobre a matéria era necessário “dar interpretação conforme a Constituição ao artigo 5º da Resolução 10-A”, e acrescentou: “É premissa *sine qua non* para julgarmos a matéria de fundo o afastamento do artigo 5º da Resolução 10-A. E esse afastamento somente o pleno pode implementar”.

A Turma, então, deliberou, por unanimidade, remeter o julgamento do *habeas corpus* ao Plenário.

O ROL DE TESTEMUNHAS

A Lei n. 10.358/01 modificou a regra relativa ao depósito do rol de testemunhas, objeto do art. 407.

Agora, ao designar a data da audiência, o juiz deve fixar o prazo para a apresentação do rol de testemunhas. Omitindo-se o juiz a respeito, o rol deve ser apresentado até 10 dias antes da audiência.

É importante ter em mente

[...] que o prazo, para que a parte deposite em cartório o rol de testemunhas, é contado regressivamente, de acordo com o disposto no art. 184 do Código de Processo Civil: exclui-se o termo *a quo*, no caso o dia da audiência e, caindo o termo *ad quem* em dia de feriado, ou em que não houver expediente no fórum, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil precedente, conforme voto do Min. Eduardo Ribeiro no REsp. n. 172.669/SP (apud nota 2 ao art. 407 de Theotonio Negrão).

OUTRAS MODIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

A Lei n. 10.444/02 aperfeiçoou as disposições sobre tutela antecipada e estabeleceu algumas novas normas sobre a execução, a respeito da memória do cálculo – art. 604 e §§, e sobre penhora de imóveis (art. 659, §§ 4º e 5º).

A Lei n. 11.232, de 22-12-05, deu nova redação ao conceito de sentença, expresso no § 1º do art. 162, dizendo que ela pode extinguir o processo sem resolução do mérito, nos casos do art. 267, e resolver o processo, sem extingui-lo, nas hipóteses do art. 269, prosseguindo o processo com o “cumprimento da sentença”.

Agora, portanto, em vez de “ato que põe fim ao processo, com ou sem decisão de mérito”, a sentença é “o ato de juiz que implica algumas das situações previstas nos artigos 267 e 269 desta Lei.

Em face da nova redação do § 1º do art. 475, *do requerimento de liquidação* será intimada a parte, *na pessoa de seu advogado*, o que é mais lógico, pois o processo apenas continua numa nova fase e o advogado já vinha acompanhando o feito mais de perto.

O PROCESSO DE EXECUÇÃO

A Lei n. 11.382, de 6 de dezembro último, introduziu amplas e profundas alterações na disciplina do processo de execução, talvez a mais extensa modificação no CPC em toda a sua existência.

Examinemos algumas dessas alterações:

A primeira delas, com o acréscimo do inciso V ao art. 143 do CPC, inclui nas atribuições do oficial de justiça efetuar avaliações.

Essa competência está também prevista na nova redação do art. 652, § 1º, em relação a bens penhorados em geral, e no art. 680, relativamente à avaliação de bens imóveis penhorados. Se exigir conhecimentos especializados, a avaliação será feita por avaliador nomeado pelo Juiz.

O rol dos títulos executivos extrajudiciais, constante do art. 585, sofreu reformulação a partir do inciso III, dando-se redação mais técnica a esse inciso, pois não existe contrato de hipoteca, penhor etc., como aludia a redação anterior, mas contrato garantido por esses direitos reais.

O crédito decorrente de aluguel passou para o inciso V, como “crédito documentalmente comprovado”, o que poderá ser feito por qualquer meio hábil e não apenas por “contrato escrito”, conforme a redação modificada.

O art. 600 do CPC teve alterada a redação do seu inciso IV. Dispôs-se que o devedor intimado que não indicar ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens que possui sujeitos à penhora e seus respectivos valores comete ato atentatório à dignidade da justiça, o que pode ser requerido pelo exeqüente na própria inicial da execução.

Porque a execução de título judicial faz-se, agora, nos próprios autos, como cumprimento da sentença, foi alterada a redação do inciso I do art. 614, de sorte que o credor instruirá a execução, no que tange ao inciso I, “com o título executivo extrajudicial”.

A AVERBAÇÃO DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO

Extremamente interessante a inclusão do art. 615-A no CPC, dispondo:

O exeqüente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis,

registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.

Com essa providência, o credor se acautela desde logo em relação a possível fraude de execução, que fica presumida em relação a bens constantes de tal averbação e eventualmente alienados após o ajuizamento.

Nos termos do § 1º do mesmo artigo, o exeqüente comunicará o juízo das averbações feitas, no prazo de 10 dias de sua concretização.

Efetivada a penhora, será cancelada a averbação feita em bens que não foram penhorados (§ 2º).

BENS IMPENHORÁVEIS

No que tange aos bens impenhoráveis, objeto do art. 649 do CPC, houve algumas alterações.

Incluíram-se nesse rol os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado (o que a jurisprudência já vinha resguardando relativamente aos bens integrantes do imóvel conceituado como “bem de família”, nos termos da Lei n. 8.009/90).

Fica ressalvada, contudo, a penhora de bens móveis ou pertences de elevado valor que ultrapassem as necessidades comuns, correspondentes a um médio padrão de vida. Continuarão as discussões, porque esta é uma questão de fato: uma geladeira não pode ser penhorada; um *freezer* mais sofisticado, sim; uma TV de qualquer dimensão razoável, não; um *home theater* ou TV de grandes dimensões, sim.

Ficam livres de penhora os depósitos em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos, o correspondente, hoje, a R\$ 15.000,00 aproximadamente.

Foi transportada para o CPC, como § 1º do art. 649, a regra da Lei n. 8.009/90, de que a impenhorabilidade prevista no *caput* do art. 649 do CPC “não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem”.

O § 2º, a seu turno, dispõe que os *salários e rendimentos* (impenhoráveis na forma do inciso IV) poderão ser penhorados para *pagamento de prestação alimentícia*.

Alteração significativa a operada no art. 652 do CPC. Agora, em vez de ser citado para pagar em 24 horas ou nomear bens à penhora (prazo que era, de fato, extremamente exíguo), o devedor é “citado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida” (*caput* do art. 652).

Após esse prazo, não efetuado o pagamento, o oficial de justiça procederá imediatamente à penhora de bens do devedor, bem como à sua avaliação. Na mesma oportunidade, será lavrado o auto de penhora e intimado o executado (§ 1º).

O credor também poderá indicar, na inicial, bens do devedor a serem penhorados (§ 2º). O juiz pode, de ofício ou a requerimento do exequente, determinar que o executado indique bens passíveis de penhora (§ 3º).

A intimação da penhora poderá ser feita na pessoa do advogado do executado, se já constituído nos autos; se não, será pessoal (§ 4º).

Tornando lei o que era já uma praxe judicial, o novo artigo 652-A dispõe que o juiz fixará, de plano, ao despachar a inicial, os honorários advocatícios a serem pagos pelo executado. Esses honorários podem ser reduzidos pela metade, em caso de pagamento integral da dívida, no prazo dos embargos (parágrafo único do art. 652-A).

O art. 655, que indica a ordem dos bens que o devedor pode indicar à penhora, sofreu algumas alterações. Foi mantido o dinheiro como o bem preferencial a ser penhorado, com o complemento de que pode ser ele “em espécie ou em depósito ou aplicação financeira” (inciso I).

Em seguida, vêm os veículos de via terrestre, automóveis, caminhões, motos (inciso II); depois, os bens móveis em geral (inciso III); em seguida os bens imóveis (inciso IV), navios, aeronaves, ações etc.

O novo § 2º do art. 655 estabelece expressamente que, no caso de penhora de bens imóveis, será obrigatoriamente intimado o cônjuge do executado. Dessa providência cogitava o art. 669 (hoje revogado), que fixava o prazo de 10 dias para os embargos do devedor, e o parágrafo único do mesmo artigo mandava intimar a mulher do devedor, em caso de penhora de imóvel.

Agora, o prazo para os embargos é de 15 dias (art. 738), contados da data da juntada do mandado de citação. Não estão mais os embargos, portanto, vinculados à juntada do mandado de penhora cumprido.

A PENHORA *ON-LINE*

De grande repercussão a inovação trazida pelo art. 655-A, que possibilita “a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira” por requisição de informações, preferencialmente por meio eletrônico, à autoridade supervisora do sistema bancário, e pode a autoridade judiciária, no mesmo ato, decretar a indisponibilidade dos valores depositados.

É a chamada penhora *on-line* de valores junto ao Banco Central.

A informação sobre valores sujeitos à penhora *on-line* deverá limitar-se ao valor indicado na execução (§ 1º), e compete ao executado comprovar, se for o caso, que as quantias depositadas em estabelecimentos bancários são impenhoráveis (§ 2º do já referido art. 655-A).

Se indivisível o bem penhorado, “a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem” (art. 655-B).

O art. 656 cuida não mais das hipóteses de penhora ineficaz, mas dos casos em que é possível a substituição da penhora. De um modo geral, não houve grandes modificações de tais hipóteses, mas a previsão de substituição é mais prática e comum.

Relativamente à “expropriação do bem penhorado” (matéria que o Código, até então, tratava em subseção sob o título “Da arrematação”), houve profundas alterações com a Lei n. 11.382 de 2006.

De acordo com os novos incisos do art. 647 do CPC, a adjudicação do bem ao exequente passou a ser a primeira opção expropriatória. No regime anterior, a adjudicação só era possível após o oferecimento do bem em praça ou leilão.

Agora, a par de se cogitar da adjudicação do bem ao próprio credor (hipótese que no regime anterior era repelida por alguns juízes), essa é a primeira alternativa de retirada do bem das mãos do devedor para pagamento da dívida.

A alienação particular do bem (hipótese talvez inspirada na lei da alienação fiduciária em garantia) é a segunda opção. A alienação em hasta pública, a terceira. O usufruto do bem, pouco utilizado, figura no inciso IV.

O art. 736 do CPC foi modificado, como já referimos anteriormente, devendo os embargos ser oferecidos independentemente da garantia do juízo. Os embargos serão apresentados no prazo ampliado de 15 dias, o mesmo

do processo de conhecimento quanto à contestação do réu. Esse prazo se conta da juntada aos autos do mandado de citação cumprido, não mais da intimação da penhora (art. 738). Sublinhe-se: os embargos são oferecidos no prazo de 15 dias da citação, independentemente da penhora.

Havendo mais de um executado, o prazo é independente, contado da juntada do respectivo mandado e não do último, com exceção do caso de citação de cônjuges em execução (§ 1º).

Na hipótese de citação por precatória, dispõe o § 2º do art. 738 que “a citação do executado será imediatamente comunicada pelo juiz deprecado ao deprecante, inclusive por meios eletrônicos, contando-se o prazo para embargos a partir da juntada aos autos de tal comunicação” (§ 2º).

É expresso o § 3º que, ainda que os executados tenham procuradores diferentes, não têm eles o prazo em dobro do art. 191 do CPC (§ 3º).

A nova redação do art. 739, mais rigorosa do que a anterior, quanto às hipóteses de rejeição liminar dos embargos, indicando, sumariamente, a intempestividade, a inépcia e o caráter protelatório como motivos da rejeição liminar, revogou seus três parágrafos, especialmente o § 1º, quanto ao efeito suspensivo dos embargos.

Conforme o art. 745, nos embargos poderá ser argüido não ser executivo o título; ser incorreta a penhora ou errônea a avaliação; haver excesso de execução. Poderá o executado, igualmente, suscitar o direito de retenção de benfeitorias necessárias ou úteis e qualquer matéria que seria lícito discutir em defesa no processo de conhecimento.

O novo art. 739-A é expresso: “Os embargos do executado não terão efeito suspensivo”.

Essa passou a ser a regra. Contudo, o § 1º contempla as hipóteses de efeito suspensivo dos embargos que, agora, constituem exceções, podendo ser requerido tal efeito à autoridade judiciária quando,

sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil e incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

Isto é, se houver *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, como no caso de concessão de liminares e no agravo de instrumento.

A decisão concessiva ou não do efeito suspensivo poderá ser modificada a qualquer tempo, desde que fundamentadamente (§ 2º do art. 739-A).

O credor será ouvido em 15 dias sobre os embargos, após o que o juiz decidirá, observado o art. 330 do CPC (julgamento antecipado), ou designará audiência de conciliação, instrução e julgamento (art. 740).

No prazo dos embargos (art. 745-A), reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% deste, inclusive custas e honorários, poderá o executado pagar a dívida antes de embargá-la. Requererá seja admitido a pagar o restante em até 6 vezes, com as parcelas mensais acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (art. 745-A).

A nova redação do art. 746 estabelece que, no prazo de 5 dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, poderão ser opostos embargos, “fundados em nulidade da execução, ou em causa extintiva da obrigação”, desde que superveniente à penhora. É uma revivência dos antigos embargos à arrematação do modificado artigo 746.

O JULGAMENTO *PRIMA FACIE*

A Lei n. 11.277, de 7 de fevereiro de 2006, criou o art. 285-A do Código de Processo Civil, possibilitando a prolação imediata de sentença de improcedência da pretensão.

Dispõe esse artigo:

Art. 285-A Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

O dispositivo fala em “poderá ser dispensada a citação e proferida sentença [...]”. Vê-se, pois, que não é impositiva a norma, senão que facultativa ao juiz, atendidos os requisitos postos no próprio art. 285-A.

Os §§ 1º e 2º cuidam da hipótese de inconformismo do autor e da seqüência do processo, nestes termos:

§ 1º Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

§ 2º Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.

O instituto deverá ser de grande valia nas chamadas ações repetitivas.

Note-se que a sentença anterior é do Juízo – e não somente da Vara. Exige-se, contudo, que haja mais de uma sentença anterior, já que a lei se refere a “total improcedência de outros casos idênticos”.

A matéria foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pela OAB (ADI n. 3.695), da qual foi relator o Sr. Ministro Cezar Peluso. Não há nenhuma decisão a respeito, embora a Procuradoria-Geral da República tenha opinado pela improcedência da ação.

Sobre o tema, há um excelente estudo de autoria de Eduardo Cambi, Mestre e Doutor em Direito pela UFPR e Promotor de Justiça no Estado do Paraná, publicado na RT 854/52, dezembro de 2006.

A INTERNET E A COMPROVAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL

A comprovação de dissídio jurisprudencial como fundamento dos recursos especiais, nos termos do parágrafo único do art. 541 (Lei n. 8.950/94), devia ser feita “[...] mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação de repertório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente [...]”.

Ocorre que os repertórios jurisprudenciais publicam apenas uma pequena parte dos julgados dos tribunais, e são notórias, outrossim, as dificuldades para conhecer-se e obter-se certidões ou cópias autenticadas de decisões de outras Cortes de Justiça.

Com a difusão da internet, contudo, é extremamente fácil conhecer e imprimir os acórdãos dos tribunais em geral e, assim, fundamentar suficientemente a divergência alegada.

Com esse objetivo, defendi o uso da internet para tal fim em palestra em aula inaugural da Escola Superior da Magistratura, em fevereiro de 2000, e logo em seguida elaborei um projeto de lei que foi apresentado à Câmara Federal pelo atuante Deputado Édison Andrino. Foi relator da matéria na Câmara o Deputado José Roberto Batochio, que fora Presidente da OAB, e a 7 de agosto de 2006 o projeto se converteu na Lei n. 11.241.

Em seu parecer, o relator assinalou que a iniciativa “representa avanço processual e visa a facilitar a tramitação do recurso especial”.

A lei não integra, na verdade, o conjunto de diplomas legais concebidos pela Comissão de Reformas do CPC, mas é, sem dúvida, mais um valioso instrumento para o aperfeiçoamento das normas processuais, como bem destacado pelo ilustre relator da matéria na Câmara Federal.

O parágrafo único do art. 541 passou a ter, em consequência, a seguinte redação:

Art. 541, parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

A “REPERCUSSÃO GERAL” NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

A Emenda Constitucional n. 45 de 2004 criou, acrescentando um § 3º ao art. 102 da Constituição Federal, o instituto da “repercussão geral”, também conhecido como “filtro recursal”, como pressuposto dos recursos extraordinários.

Analisando o dispositivo constitucional que instituiu a “repercussão geral”, destaca Mancuso (2006, p. 194), que a “repercussão geral é conceito vago, indeterminado, plurívoco ou polissêmico, e justamente por isso o constituinte revisor houve por bem relegar à lei a tarefa de dar-lhe maior concreção”.

E enumera, em seguida, as quatro modalidades de transcendência, dentre elas a “jurídica”, que se configura quando verificado “desrespeito patente aos direitos humanos fundamentais ou aos interesses coletivos indisponíveis, com comprometimento da segurança e estabilidade das relações jurídicas” (obra citada, p. 197).

A vigência do instituto estava na dependência de sua regulamentação, o que ocorreu a 19 de dezembro último, pela Lei n. 11.418, com vigência a partir de 60 (sessenta) dias de sua publicação, em 20-12-06.

Vale mencionar que o § 3º do art. 1º dessa lei considera de repercussão geral o recurso sempre que impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal. Portanto, recurso manifestado de decisão

que haja decidido contrariamente a súmula ou jurisprudência dominante do STF terá trâmite assegurado, independente da demonstração específica de sua repercussão geral.

Recentemente o STF editou a Emenda Regimental n. 21, de março último. Respeitando o disposto na Emenda Constitucional n. 45 e na Lei 11.418/2006, condiciona a admissibilidade do Recurso Extraordinário à ocorrência de questão constitucional revestida de repercussão geral, dispondo – na linha da lição de Mancuso — que para tal efeito será considerada a existência, ou não, de questões que, relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, ultrapassem os interesses subjetivos das partes.

Os recursos extraordinários interpostos a partir de meados de maio de 2007 já estão sujeitos a essa exigência, uma vez que, segundo o art. 4º da lei, “Aplica-se esta Lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência”.

AS SÚMULAS VINCULANTES

A mesma Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, no bojo denominada “Reforma do Judiciário”, acrescentou ao texto constitucional o artigo 103-A, com três parágrafos, autorizando o Supremo Tribunal Federal, após reiteradas decisões *sobre matéria constitucional*, a aprovar súmulas com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do judiciário e à administração pública direta e indireta, na esfera federal, estadual e municipal.

Nos termos do *caput* do aludido artigo, as súmulas serão aprovadas por decisão de dois terços dos seus membros, podendo o Supremo, ainda, proceder à revisão ou ao cancelamento das súmulas, na forma estabelecida em lei.

O § 1º do art. 103-A refere-se ao objetivo da súmula: a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre os órgãos do judiciário ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questões idênticas.

Dispôs o § 2º que, “sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocado por aqueles que podem propor ação direta de inconstitucionalidade.

Por fim, o § 3º dispôs que do ato administrativo ou decisão que contrariar súmula caberá reclamação ao STF, que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial e determinará que outra seja prolatada.

Essas disposições constitucionais foram regulamentadas pela Lei n. 11.417, de 19-12-2006, que repetiu, de um modo geral, o enunciado do art. 103-A e seus parágrafos, inclusive o rol de legitimados à propositura de súmulas, sua revisão e cancelamento, que são os mesmos legitimados ao requerimento de ação direta de inconstitucionalidade.

Dispôs, ainda, sobre a participação do Procurador-Geral da República nas propostas que não houver formulado e determinou que no prazo de 10 dias seja publicada a súmula que for aprovada.

A lei entrou em vigor três meses após sua publicação – que se deu no DOU de 27-2-2006 –, e há dias o STF aprovou, em sessão administrativa, o texto das três primeiras súmulas vinculantes, que será publicado no Diário da Justiça e, após, apreciado pelo Plenário e publicado na imprensa oficial.

As três primeiras súmulas dizem respeito:

— a primeira, à obrigatoriedade de observância do acordo firmado pelo trabalhador quanto à correção monetária das contas do FGTS;

— a segunda, à inconstitucionalidade de ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre bingos e loterias;

— e a terceira, à observância, no âmbito do Tribunal de Contas da União, do contraditório e da ampla defesa do interessado no processo.

Embora haja uma certa inconformidade com a adoção do princípio da súmula vinculante, nos termos em que disciplinada a matéria na Constituição, parece-me que não há quebra da autonomia dos órgãos do Poder Judiciário de grau inferior ao STF, nem da Administração Pública, uma vez que é o STF que dita a última palavra sobre a constitucionalidade ou não das leis e atos normativos. Exige-se o *quorum* de dois terços dos membros do STF para a aprovação da súmula, e ela só é adotada depois de reiteradas decisões *in concreto* sobre a matéria.

Os tribunais e juízes sempre respeitaram as Súmulas do STF, desde sua criação, em 1963, por inspiração do grande Ministro Victor Leal Nunes, de forma que não há deixar de aceitar o caráter vinculante que a Constitui-

ção assegura ao STF na edição das súmulas disciplinadas pelo art. 103-A do texto constitucional.

Por certo que a edição de tais súmulas contribuirá para desafogar aquele alto pretório e os fóruns em geral de questões que se repetem, às vezes, aos milhares, e sem razão lógica, uma vez que já decididas pela mais alta instância judiciária do País.

O INVENTÁRIO, A PARTILHA, A SEPARAÇÃO E O DIVÓRCIO CONSENSUAIS

Por sugestão do Juiz catarinense, Dr. Ricardo Roesler, da comarca de Joinville, ex-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, o Senador César Borges apresentou projeto de lei ao Senado, que, aprovado naquela Casa e posteriormente na Câmara Federal, constituiu-se na Lei n. 11.441, de 4 de janeiro de 2007.

Essa lei autoriza o inventário e a partilha por escritura pública, desde que não haja testamento ou interessados incapazes, sejam concordes e capazes todas as partes e estejam elas assistidas por advogado comum ou advogado de cada uma delas.

O processo de inventário deve ser aberto dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da sucessão, e ser concluído em 12 meses.

A partilha, com a nova redação do art. 1.031, será homologada de plano pelo juiz, mediante prova de quitação dos respectivos tributos.

A mesma lei faculta a separação e o divórcio consensuais por escritura pública, observados os requisitos legais quanto aos prazos, desde que os cônjuges não tenham filhos menores ou incapazes.

A escritura descreverá os bens comuns, disporá sobre a partilha e o acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou a manutenção do adotado por ocasião do casamento.

A validade da escritura não dependerá de homologação judicial e constitui título hábil para o registro civil e o de imóveis.

Também neste caso, o tabelião só lavrará a escritura se as partes estiverem assistidas por advogado.

A escritura e os demais atos notariais serão gratuitos aos que se declararem pobres.

A lei vem tendo muito boa aceitação e aplicação. Na verdade, em se tratando de atos que dependem fundamentalmente da vontade das partes e inexistindo incapazes, achando-se os interessados assistidos por advogados, não há mesmo necessidade de homologação judicial.

Poupa-se o juízo de intervenções que, em realidade, não são substanciais à validade do ato.

Um verdadeiro ovo de Colombo.

A APLICAÇÃO DA INFORMÁTICA NOS PROCESSOS JUDICIAIS

Finalmente, quanto à aplicação da informática nos processos judiciais, não há senão dizer que ela é uma realidade cada vez mais palpável.

O assunto começou a ser cogitado por alguns juristas ainda na década de 70, entre eles lembro-me bem de Igor Tenório, Advogado no Rio de Janeiro que escreveu livros e artigos diversos sobre o tema, versando-o até mesmo em Conferências Nacionais da OAB.

Com o tempo a informática foi conquistando espaços e defensores entusiásticos. Os Tribunais foram-se aparelhando para utilizar melhor dos recursos da informática, tanto nos registros de movimentação dos processos como nos bancos de dados de jurisprudência, e os advogados passaram a usar crescentemente da informática nas consultas e em petições, e os avanços nesse campo não cessam.

A Lei n. 9.800, de 27-9-99, admitiu a utilização do sistema de transmissão de dados e imagens para a prática de atos processuais que dependem da transmissão escrita, e recentemente a Lei n.11.419, de 4-1-07, baixou normas a respeito, dispondo seu artigo 1º: “Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta lei”.

O § 1º, a seu turno, estabeleceu: “Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição”.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por iniciativa do eminente Desembargador Carlos Prudêncio, já está lançando as bases para julgamentos com a utilização dos recursos da eletrônica, o que dispensará a vinda de volumosos autos de processos às salas de sessões, e os julgadores

e advogados terão à mão monitores que reproduzem as principais peças do processo.

A iniciativa está em fase experimental, mas parece não haver dúvida de que, com o tempo, será utilizada amplamente.

CONCLUSÃO

Para concluir, diria que, de um modo geral, todas essas leis que reformaram o CPC contribuíram eficazmente para maior agilidade e efetividade do processo civil, que é um anseio que domina os juristas de nossos dias e um desejo generalizado da sociedade.

O atual Código de Processo Civil tem, de fato, uma nova fisionomia e se mostra muitíssimo mais apto para realizar o anseio de celeridade e eficácia do processo civil do que sua versão original.

REFERÊNCIAS

BERMUDES, Sérgio. *A reforma do Código de processo civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Recurso extraordinário e recurso especial*. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.